

O prazo de reclamação é de 30 dias, a contar da data da publicação deste aviso no DR, nos termos do artigo 96.º do citado diploma.

11 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Cristina Maria Baptista Borges Gramacho*.

### Agrupamento de Escolas de Vagos

#### Aviso n.º 2555/2008

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada na Sede do Agrupamento a lista de antiguidade de pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Vagos, reportada à 31 de Dezembro de 2007.

Da mesma cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República*.

11 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Júlio de Anunciação Castro*.

### Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

#### Agrupamento de Escolas José Relvas

#### Despacho (extracto) n.º 2695/2008

Por despacho de 31 de Maio de 2007 da Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas José Relvas, Alpiarça, no uso da competência delegada no n.º 1,2 do Despacho n.º 23731/2006, publicado no *Diário da República* n.º 224, 2ª Série, de 21 de Novembro, foi homologado o contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, celebrado nos termos do Dec.-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro, referente ao ano lectivo 2006-2007, da docente Sandra Carla Teixeira Alves Quinteiros Moraes — Grupo 230.

11 de Janeiro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Isabel Maria Fernandes da Silva Coelho*.

#### Agrupamento de Escolas de Pegões, Canha e Santo Isidro

#### Aviso n.º 2556/2008

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março e de acordo com o n.º 1 do artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 1/98 de 2 de Janeiro, faz-se público que se encontra afixada na vitrine de pessoal não docente da escola sede deste Agrupamento de escolas, a lista de antiguidade do pessoal docente com referência a 31 de Dezembro de 2007.

Para efeitos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma, os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação.

11 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Jorge Manuel Polaco Nunes Romão*.

### Direcção Regional de Educação do Alentejo

#### Escola Básica 2, 3/Sec. Padre José Agostinho Rodrigues

#### Aviso n.º 2557/2008

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se publico que se encontra para consulta no placard dos Serviços Administrativos deste estabelecimento de ensino a lista de antiguidade do Pessoal Docente reportada a 31 de Dezembro de 2007.

O Pessoal não docente dispõe de 30 dias, a contar da data da publicação para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

11 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho Executivo, *Francisco José de Oliveira Corado Alves*.

### Direcção Regional de Educação do Algarve

#### Agrupamento de Escolas do Concelho de Castro Marim

#### Aviso n.º 2558/2008

Em cumprimento do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 132.º do ECD, faz-se público que se encontra afixada na sala de professores a lista de antiguidade deste Agrupamento, reportada a 31 de Agosto de 2007.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para apresentar reclamação ao dirigente máximo, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

11 de Janeiro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria de Lurdes Madeira Cruz Gonçalves Lança*.

#### Agrupamento Vertical José Carlos da Maia

#### Aviso n.º 2559/2008

Por ter sido publicado duplamente, solicita-se a anulação do aviso n.º 25 705/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 247 de 24 de Dezembro.

10 de Janeiro de 2008. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Teresa Ribeiro Horta Ferreira Branco*.



## PARTE D

### 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ALBERGARIA-A-VELHA

#### Anúncio n.º 660/2008

#### Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 1004/07.8TBALB

Devedor: Brancolimpa — Detergentes Biodegradáveis, Unipessoal, L.da

Credor: António Simões Domingues de Aguiar e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados Nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Albergaria-A-Velha, 2º Juízo de Albergaria-a-Velha, no dia 21-12-2007, pelas 15:50 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

BRANCOLIMPA — Detergentes Biodegradáveis, Unipessoal, L.da, NIF — 504262467, Endereço: Estrada Principal, Lugar de Soutelo, Branca, 3850-587 Albergaria-a-Velha

São administradores do devedor: António Simões Domingues Aguiar, a quem é fixado domicílio na Rua da Cavada, Soutelo, Branca — Albergaria-a-Velha.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). António Coimbra Rodrigues, contribuinte n.º 149534973, Endereço: Pra da República, 180-2º Dt., 4050-498 Porto

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36 — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 12-02-2008, pelas 13:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

### Informação

#### Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192 do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

26 de Dezembro de 2007. — O Juiz de Turno, *Joaquim Costa Gomes*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Rosario Oliveira*.

2611083164

## 1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DE COMARCA DA AMADORA

### Anúncio n.º 661/2008

#### Processo: 2980/07.6TBAMD — Insolvência pessoa singular (Requerida)

N/Referência: 1051176

Data: 18-01-2008

Requerente: Banco Comercial Português, S. A.

Insolvente: Francisco Martins Cordeiro

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Francisco Martins Cordeiro, estado civil: Casado, NIF — 179680870, BI — 570137, Endereço: Rua Augusto Gil, n.º 20, Moinhos da Funcheira, 2650-373 Amadora

Dr(a). A. Bruno Vicente, Endereço: Av. Praia da Vitória, 57, 5.º Esq.º, 1000-246 Lisboa

Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra-identificado, foi designado o dia 28-03-2008, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia (alínea c n.º 4 do artigo 75.º do CIRE).

18 de Janeiro de 2008. — A Juíza de Direito, *Rosália Cunha*. — O Oficial de Justiça, *Teresa Pinheiro*.

2611082813

## 2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA FIGUEIRA DA FOZ

### Anúncio n.º 662/2008

Processo: 3081/07.2TBFIG

Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Socopetro-Sociedade Comercial de Petróleos, L.ª,

Credor: Repsol Portuguesa, S. A., e outro(s)...

#### Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial da Figueira da Foz, 2.º Juízo de Figueira da Foz, no dia 20-12-2007, pelas 17:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Socopetro-Sociedade Comercial de Petróleos, L.ª, número de identificação fiscal 501944788, Endereço: Bairro da Estação (repsol), Estrada de Coimbra, 3080-000 Figueira da Foz, com sede na morada indicada.

Administrador da devedora: António Augusto Cristina Capela, estado civil: divorciado, natural de Portugal, número de identificação fiscal 114358303, BI — 633211, Endereço: Rua Professor Vitor Rebelo, n.º 12, 3080-000 Figueira da Foz, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada: Maria Isabel Mendes Gaspar, Endereço: Rua dos Oleiros, 30, Bloco B, 3.º Esq.º, 3000-000 Coimbra

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência (alínea i do artigo 36 — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 25-02-2008, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, po-